

Trabalho na pesca artesanal e conservação ambiental na comunidade do Divino Espírito Santo em Parintins/AM

Brychtn Ribeiro de Vasconcelos¹
Centro de Estudos Superiores de Parintins/UEA

Maria Sandrelle Gonçalves Cardoso²
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia/UFAM

Sara Moreira Soares³
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia/UFAM

Elenise Faria Scherer⁴
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

A presente comunicação se propõe a conhecer o processo de trabalho dos pescadores artesanais na produção pesqueira, identificando possíveis formas de manejo e estratégias de utilizadas para conservação dos recursos naturais. Utilizou-se como suporte teórico-metodológico a pesquisa qualitativa, juntamente com entrevistas semiestruturadas, observações sistemáticas e registros fotográficos. Verificou-se que os pescadores artesanais entrevistados possuem pouco acesso a instrumentos tecnológicos que causem grande impacto ao ambiente, somado a isto, estes realizam atividades econômicas diversificadas. Assim, a conservação dos recursos naturais é parte integrante de seu modo de vida.

Palavras chave: Pesca Artesanal; Trabalho; Conservação Ambiental; Parintins/AM.

Abstract

This notice proposes to meet the working process of artisanal fishermen in fisheries production, identifying possible forms of management and strategies used to conserve natural resources. Was used as a theoretical-methodological support qualitative research, together with semi-structured interviews, systematic observations and photographic records. It was found that respondents artisanal fishermen have little access to technological tools that cause great impact to the environment, added to this, they perform diversified economic activities. Thus, conservation of natural resources is an integral part of their way of life part.

Keywords: Artisanal Fisheries; Work; Environmental Conservation; Parintins/AM

¹ Geógrafo, Prof. MSc. do Centro de Estudos superiores de Parintins Cesp-UEA. Email: brychtn@gmail.com.

² Assistente Social do ICSEZ-UFAM/Parintins, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia -PPGCASA/UFAM. E-mail: sandrellegoncalves@hotmail.com.

³ Professora da Universidade Federal do Amazonas, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM). E-mail: sarasoressm@gmail.com.

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/Brasil. e-mail: elenisefaria@gmail.com.

Introdução

O município de Parintins, conhecido também como ilha Tupinambarana, localiza-se no Baixo Amazonas distante 369 km de Manaus, capital do Estado. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), sua população é de 102.033 habitantes, sendo este o segundo município em número de habitantes no Estado, depois da capital com 1.802.014. Em Parintins, a maior parte da população habita na zona urbana 69.890 e 32.143 na zona rural (Censo IBGE, 2010).

A economia parintinense é formada basicamente, no setor primário, pela agricultura, pecuária, pesca, avicultura e extrativismo vegetal. Apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.696, conforme o Atlas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000). Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), ou seja, aquelas regiões que possuem razoáveis níveis de desenvolvimento humano entre os demais municípios.

De acordo com entidades da pesca de Parintins, o município desponta como um dos principais entrepostos de pesca no Amazonas, tanto para o consumo local como exportação para outros municípios. O município dispõe de uma hidrografia composta por inúmeros rios e lagos caracterizados por grande diversidade de espécies. De acordo com o mapa elaborado pelo Projeto de Manejo de recursos naturais da Várzea-ProVárzea/IBAMA (2002) somente na área central, Parintins apresenta 42 comunidades que desenvolvem atividade de pesca, com 42 territórios pesqueiros (rios, lagos, paranás e igapós.).

Entre os locais de pesca mais procurados estão os complexo Macuricanã (constituído por 94 lagos, poços e igarapés, os quais estão inseridos na Área de Proteção Ambiental Nhamundá (APA-Nhamundá). A atividade é potencialmente desenvolvida pelas comunidades ribeirinhas, as quais se situam em sua maioria na zona rural do município de Parintins. Nestas áreas a pesca significa importante fonte de alimentação e renda, propiciando a reprodução social das populações.

O trabalho se propôs a conhecer o processo de trabalho dos pescadores artesanais na produção pesqueira, identificando possíveis formas de manejo e estratégias de utilizadas para conservação dos recursos naturais. Como abordagem teórico-metodológica, utilizou-se a pesquisa qualitativa, juntamente com entrevistas semiestruturadas, reuniões para elaboração de mapa mental, observações sistemáticas e registros fotográficos.

Os informantes da pesquisa foram pescadores artesanais da comunidade Divino Espírito Santo, devido esta depender social e economicamente da pesca, e registrar mais de 70

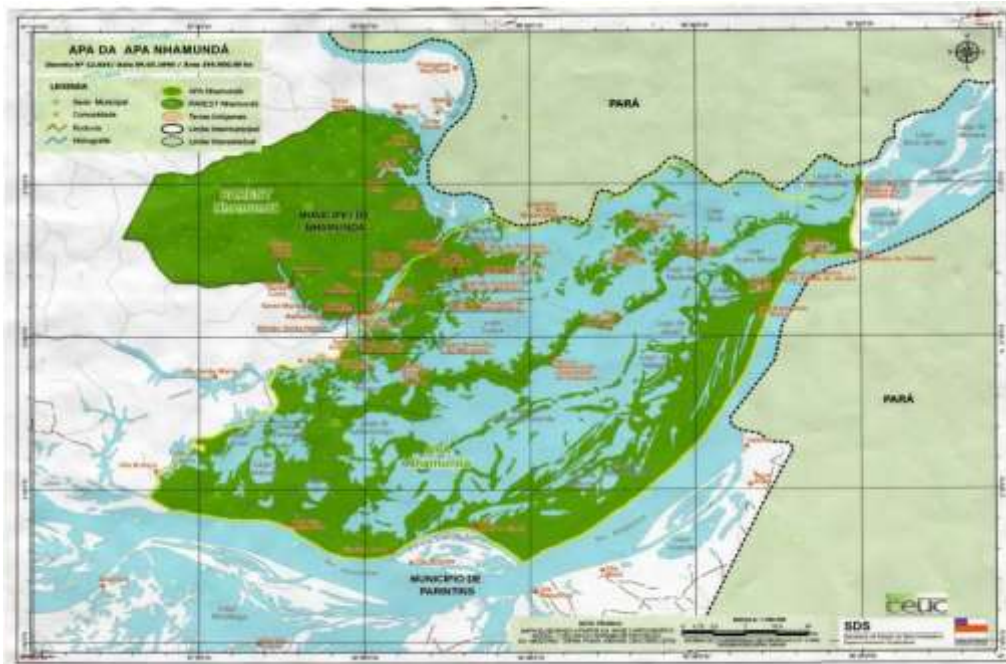
trabalhadores da pesca formalmente nas entidades representativas, além de tantos outros que exercem a atividade sem estarem registrados.

A comunidade estudada localiza-se no Paraná do Espírito Santo, ao longo do qual existem três localidades: i) São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, ii) Divino Espírito Santo do Paraná do Espírito Santo do Meio, iii) São Francisco do Paraná do Espírito Santo de Baixo (figura 01).



Figura 01: Comunidades existentes ao longo do Paraná do Espírito Santo.
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A comunidade Divino Espírito Santo está situada à margem esquerda do rio Amazonas a aproximadamente 3 km do município Parintins. Suas terras estão inseridas na Área de Proteção Ambiental Nhamundá (APA-Nhamundá), a qual se localiza sobre a planície fluviolacustre formada no encontro dos rios Nhamundá e Amazonas, abrangendo uma superfície 195.900 hectares no bioma da Amazônia. Apesar de ser denominada de APA-Nhamundá, 70% de sua área está localizada no município de Parintins e o restante no município de Nhamundá. O mapa 01 demonstra a Área de Proteção Ambiental



Mapa 01: rea de Proteção Ambiental APA- Nhamundá e Paraná do Espírito Santo.
Fonte: CEUC/IBAMA (2010)

No primeiro item deste trabalho ocorreu abordagem sobre os processos e condições de trabalho na pesca artesanal, o item seguinte buscou descrever possíveis formas de manejo e estratégias de utilizadas para conservação dos recursos naturais. O trabalho apresenta dados preliminares de pesquisa de campo realizada em 2013.

O Processo de Trabalho na Pesca Artesanal

Os pescadores artesanais geralmente trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, com pouco controle sobre a atividade, estando em direta dependência da natureza e de suas leis básicas (ventos e chuvas) e do próprio ciclo de produção e migração dos peixes (DIEGUES, 1983).

A pesca artesanal desenvolvida em regime de produção familiar e em pequena escala, se diferencia do modo de produção da indústria pesqueira, todavia tem expressiva relevância no cenário nacional (SOARES, 2012). Essa relevância é identificada tanto por proporcionar alimento e sustento para cerca de 970 mil famílias quanto por representar 45% da produção nacional do setor pesqueiro, correspondendo a aproximadamente 500 mil toneladas de pescado por ano no Brasil (MPA, 2014).

Embora considerada por alguns como atividade fácil, pode-se dizer que a pesca exige conhecimento, tempo e dedicação. Um bom pescador é conhecido por ser aquele que tem alta relação com os ambientes pesqueiros (FURTADO, 1993), ou ainda aquele que

entende estações climáticas, variação das águas, migração de espécies etc. Os segredos de um bom pescador são obtidos na “ciência da experiência de vida dos ribeirinhos no contexto da várzea amazônica” (WITKOSKI *et al.*, 2009, p. 134).

Primeiro ele tem que saber, conhecer o peixe que ele encontra. Por que tem muito pescador que pesca por pescar, chega lá, põe a malhadeira de qualquer forma, às vezes até acerta o peixe, mas tem pescador que conhece já a região pra pescar, onde é que costuma dar mais peixe, qual é o tempo, o peixe que a gente encontra naquele local (Pescador 1, Pesquisa de campo/2013).

Verifica-se a presença de um conhecimento abrangente tanto do ambiente como das técnicas de captura e das espécies de pesca.

Eu me acordo praticamente duas horas da manhã, coloco o telefone pra despertar pra não perder o horário da pescaria cedo. Eu saio de casa três horas, quando eu vou eu levo caniço pra puxar, eu pego camarão um dia antes, coloco no gelo, ai eu vou pro lago, coloco minhas malhadeiras n'água e vou puxar tucunará ai pra dentro também com a isca de camarão. Aí quando passa umas três horas, eu não demoro pra revistar a malhadeira entendeu? Eu coloco a malhadeira e de uma em uma hora eu vou revistar a malhadeira pra mim tirar o peixe pra ele não morrer porque eu trago o peixe vivo, ai eu faço o rapixé, que é um depósito que a gente faz pra colocar o bodó dentro pra não deixar o bodó morrer. Aí a gente vai tira ele da malhadeira traz ele vivo e vai colocando lá, a gente só vai gelando o que morre na malhadeira. Aí quando é aquelas horas... três, duas horas da tarde a gente vem pra comunidade, mete água na canoa com o peixe, quando não, a gente coloca no rapixé, ai ele fica lá dentro da canoa com água pra não morrer. Ai quando é três horas da manhã do outro dia eu me acordo bem cedo de novo pra ir pra Parintins pra vender pros atravessadores e consigo vender tudinho graças a Deus (Pescador 4, Pesquisa de campo/2013).

O relato descrito anteriormente descortina o universo do trabalho na pesca no cotidiano dos pescadores artesanais. O esforço inicia dias antes. Preparam-se instrumentos, iscas, despesa (alimentos, gelo, gasolina), se desperta cedo e parte-se para o desafio, navegando em alguns casos muitas horas até chegar ao local da pesca. Armam-se malhadeiras, espinhéis, pesca-se com caniço, arpão, revistam-se malhadeiras, recolhem-se peixes que são conservados em água dentro da canoa ou em depósito específico como o “rapixé”⁵, descrito anteriormente. Após mortos os peixes são colocados no gelo, depois são selecionados os destinados ao consumo e à comercialização, sendo que os para comercialização permanecem no gelo até às primeiras horas do dia seguinte, nas quais são comercializados aos

⁵ De acordo com descrição realizada pelo pescador, o rapixé é um depósito confeccionado em madeira no qual se coloca água e o peixe após a captura. Esse depósito com água permite que o peixe permaneça vivo por mais tempo.

atravessadores no comércio local de Parintins. O gráfico abaixo expressa o tempo de trabalho na atividade de pesca.

O transporte mais utilizado na pesca artesanal é a canoa motorizada tipo rabeta (figura 02) com capacidade de aproximadamente 200 a 300 kg. Há ainda a utilização da canoa a remo movida por propulsão humana com capacidade de aproximadamente 100 kg. A canoa é o tipo de embarcação mais antiga e utilizada pelos povos que habitam ambientes rurais da Amazônia nos diferentes períodos do ciclo hidrológico. Ela possibilita acesso a diversos acidentes físicos do ambiente amazônico, sendo usada em múltiplas atividades (transporte de pessoas, farinha, reboque), e também e principalmente no exercício da pesca.



Figura 02: Pesca artesanal/ Complexo Macuricanã
Fonte: Pesquisa de campo/2013

Os apetrechos de pesca utilizados pelos pescadores, no período de enchente/cheia do rio, são malhadeira, caniço, espinhel, zagaia. No período vazante/seca, os instrumentos são malhadeira, espinhel, caniço e tarrafa. Esses apetrechos são confeccionados tradicionalmente ou comprados no comércio de Parintins, sendo necessária manutenção periódica, que geralmente é realizada pelos pescadores e/ou por suas mulheres. Cada apetrecho é empregado de acordo com o objetivo da pesca (subsistência ou comercialização), tipo de pescado que se procura, e das características ambientais encontradas.

Entre os entrevistados registrou-se que no período da cheia alguns deles demandam mais ou menos de 30 minutos a 1 hora para chegarem aos locais de pesca, e outros investem de 1 a 2 horas para se deslocarem até os locais procurados. Já no período da seca, grande parte dos pescadores precisa de 3 a 6 horas e pequena parte dos mesmos demandam em torno de 1 a

2 horas no deslocamento até os locais escolhidos para pescar. O tempo dedicado no processo de captura na enchente-cheia varia de 4 a 6 horas, e na vazante-seca varia de 2 a 5 horas.

No período da enchente-cheia, ocorre a junção dos vários ambientes aquáticos: rio principal com paranás, igarapés com furos e lagos etc., Nesse processo, a água se aproxima cada vez mais das residências dos moradores, dispersando as espécies pesqueiras, o que ao mesmo tempo torna o deslocamento mais rápido aos locais de pesca, entretanto exige maior esforço de pesca por motivo da dispersão dos peixes. Na vazante-seca se demanda um tempo maior de deslocamento devido a retração das águas. Por outro lado, os peixes estão menos dispersos, isto é, mais vulneráveis à captura, o que reduz o esforço de pesca, possibilitando acesso mais rápido ao recurso.

As espécies mais capturadas na cheia, segundo os entrevistados, são acari-bodó, curimatã (*Phochilodus argenteus*), tambaqui/ruelo (*Colossoma macropomum*), tucunaré (*Cichla monoculus*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), e também peixes lisos como surubim (*Pseudoplatystoma spp*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) e piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*). Na seca, as espécies são pacu (*Mylossoma spp*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), jaraqui (*Semaprochilodus spp.*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), acari-bodó, curimatã (*Phochilodus argenteus*), tambaqui/ruelo (*Piaractus brachypomus*), tucunaré (*Cichla monoculus*) e peixes lisos, como surubim (*Pseudoplatystoma spp*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) e piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*).

O método de conservação das espécies capturadas acontece, principalmente, por intermédio do gelo, o processo de salga também ocorre, todavia, em menor frequência. Entretanto, alguns fatores dificultam o acesso dos trabalhadores da pesca ao gelo, como o valor deste no mercado. A saca de gelo tipo escama com 40 Kg custa em média R\$7,00, preço considerado alto pelos pescadores. A produção de gelo vem se caracterizando como um negócio dos que “podem pagar” tanto em Parintins como em todo Estado (WITKOSKI, 2010), haja vista que as demandas consomem a maioria da produção de gelo originada nas fábricas do Amazonas, gerando alto preço no mercado.

Inúmeras vezes os pescadores entrevistados se referem ao trabalho na pesca como uma atividade desafiadora, uma lida difícil: “No meio de vida da pesca, a gente encontra risco pra própria vida, no caso de temporais, jacarés, um grande inimigo da gente, aqui nessa região do Macuricanã tem muito, e jacaré graúdo, de quatro, cinco metros” (Pescador 06, Pesquisa de campo/2013). A atividade de pesca artesanal expõe os trabalhadores ao sol, à chuva, a acidentes com animais peçonhentos como cobras, a jacarés, a insetos, o que leva esses sujeitos a perceberem que seu trabalho desgasta seus corpos diminuindo o bem-estar físico.

Scherer (2013), ao discorrer sobre o trabalho na pesca e a cidadania dos pescadores artesanais observa que somado à desproteção social desses trabalhadores, eles enfrentam, ainda, difíceis condições de vida material: “Nas condições de precariedade, o trabalho na pesca, que poderia ser fonte de realização e prazer, acaba, em alguns casos, sendo gerador de sofrimento e adoecimento, perdendo-se a dimensão da humanidade. A prática pesqueira termina por contribuir para a desumanização dos pescadores” (p. 10). Assim, verifica-se um dos grandes problemas do trabalho na pesca artesanal, a precariedade das condições de trabalho, que em alguns casos coloca em risco a vida dos trabalhadores artesanais, risco evidenciados pelas narrativas dos pescadores.

É cansativo, a gente enfrenta muita dificuldade pelo menos com o tempo, a embarcação que eu pesco não tem tolda pega sol, pega chuva não tem aquela proteção adequada pra gente ter um conforto melhor na pesca. No período chuvoso a gente usa o plástico, aí quando chove a gente se cobre com o plástico passa a noite por lá, é difícil. Mas é divertido, é animado! Por que quando a gente tá pescando e agente pesca o peixe, aquilo é uma diversão... Principalmente de linha, de caniço, a gente vê o peixe correr, a boiar, aquilo motiva a gente, dá tranquilidade, é fora do barulho, come aquele peixe saudável, pego na hora, vivinho (Pescador 01, Pesquisa de campo 2013).

Assim, se percebe a existência de satisfação e ao mesmo tempo de sofrimento do pescador ao realizar o trabalho na pesca. Diante do sofrimento e do prazer que se misturam na realização da atividade pesqueira, pode-se perceber que as necessidades materiais das famílias ribeirinhas são tantas que não lhes resta outra saída a não ser viver o sofrimento como algo “habitual, natural, um componente inevitável de sua existência” (FRAXE, 2011, p.115). Dessa forma, o pescador permanece fiel à pesca, apesar das circunstâncias contraditórias que esta lhe oferece, devido a mesma prover necessidades materiais sem lhe submeter a ditames e à exploração estabelecidas na sociedade atual.

Rendimentos mensais dos pescadores com a comercialização do pescado variam entre ½ salário mínimo a 1 ½ salário mínimo. De acordo com os trabalhadores, a renda obtida nem sempre é suficiente para manter todas as necessidades da família.

É o ganho que a gente consegue. Nós vendemos mais o peixe mesmo, o dinheirinho é pouco, meio salário, às vezes um, um e meio, depende muito da época do peixe, já é alguma coisa, mas é pouco pra comprar farinha, comida, as despesas pra pescar mesmo. Aí aperta pra gente. Aperta nos alimentos e pra todas despesas da gente também (Pescador 7, 2013).

Algumas das famílias recorrem a políticas de seguridade social para aumentar a reduzida renda do grupo familiar. Dessa feita, os trabalhadores com acesso às políticas de

Assistência Social e Previdência social, têm para além da renda da atividade pesqueira, uma renda complementar advinda das políticas descritas anteriormente, o que aumenta as possibilidades de acesso aos bens e serviços básicos necessários à reprodução social. Já os trabalhadores que não têm acesso às referidas políticas não podem contar com a mesma segurança e possibilidades de acesso.

A pesca artesanal e a conservação ambiental

Os pescadores entrevistados na comunidade do Divino Espírito Santo afirmaram que os locais de pesca mais procurados são aqueles inseridos no complexo fluviolacustre Macuricanã. O complexo fluviolacustre Macuricanã está inserido na Área de Proteção Ambiental Nhamundá (APA-Nhamundá).

A gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros do complexo Macuricanã é organizada pela Instrução Normativa N° 113, de 23 de agosto de 2006, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a qual impõe ações de manejo.

Os pescadores artesanais ressaltaram a importância da conservação dos recursos naturais através dos quais obtêm alimento e renda. Entretanto, destacam que existem pescadores que concordam com a gestão do recurso pesqueiro através do acordo de pesca vigente no Macuricanã e outros que não concordam com tal gestão.

Identificou-se que os concordantes acreditam que restrições e proibições quanto a períodos, instrumentos e métodos de pesca permitem que os peixes se renovem, se multipliquem. Os que não concordam acreditam que as normas os cerceiam na utilização de seus recursos naturais.

O modo de vida dos pescadores artesanais da comunidade do Divino Espírito Santo se estrutura em torno da relação de dependência dos recursos naturais. Na comunidade existem 576 habitantes que possuem pouco acesso a instrumentos tecnológicos. O fatores faz com que a interferência dos sujeitos no ambiente seja reduzida.

Com relação à conservação dos recursos pesqueiros, os trabalhadores da pesca da comunidade afirmam que sempre que podem participam dos movimentos de conservação, como reuniões, para tratar sobre ordenamento pesqueiro (acordo de pesca) ou reivindicação em suas entidades representativas contra os chamados “geleiros”, que capturam peixes em grandes quantidades sem considerarem períodos reprodutivos, dificultando a vida na comunidade, que para ter acesso ao recurso precisará de maior esforço devido a escassez.

Ainda que existente a preocupação com recursos naturais, é reduzida a participação dos pescadores da comunidade do Divino Espírito Santo nas ações de vigilância dos lagos, em acordos de pesca na região e em assembleias de pescadores com ênfase na conservação dos recursos pesqueiros. Grande parte dessas ações não são realizadas em Parintins. As assembleias realizadas pelas entidades representativas da pesca em Parintins se direcionam para políticas de fomento e seguro defeso, sendo que a discussão do uso racional dos recursos é limitada.

No que tange à participação e conhecimento dos pescadores no processo de elaboração do acordo de pesca do complexo Macuricanã, bem como das normatizações que o mesmo estabelece, registra-se que alguns dos entrevistados afirmaram que não existe acordo de pesca na região, e outros, em maioria, destacaram a existência do acordo de pesca da região do Macuricanã. Destes últimos, alguns apesar de saberem da existência do acordo desconhecem as normas estabelecidas.

Dentro da área do acordo de pesca ele diz que você pode pescar até 300 quilos por semana, uma faixa de 1.200 quilo por mês, porque é a legislação da IN 113. Se você for pego com mais quantidade, você já corre certo risco. Mas ainda tem muitos pescadores que levam caixas maiores. Eu não levo até mesmo porque minha embarcação é pequena. O acordo de pesca do Macuricanã incluiu sete comunidades que é Brasília, Cá te espera, São Francisco, Divino, São José, São Sebastião do Boto e Santa Rita do Boto. São essas sete comunidade que criaram esse acordo. Por que o complexo Macuricanã começa desse Paraná que nós moramos aí pra traz, aí onde nós moramos já faz parte do complexo Macuricanã. Esse acordo virou lei a partir de 2005. A ideia do acordo foi do ProVárzea. Esse acordo ele foi estudado dois anos e pouco, era feito reunião com todas as comunidades. Pelo tempo do acordo de pesca já é pra todos os pescadores terem conhecimento desse acordo. Ele foi divulgado pelo IBAMA na rádio, depois que virou lei foi baixado a portaria, baixou no diário oficial e foi publicado. Agora muitos pescadores quando são abordados dizem que não tem conhecimento, não sabem. Mas muitas vezes o pescador faz isso que não é pra ele ser punido, é uma defesa dele. Nós tivemos uma reunião geral aqui em Parintins pra fechar esse acordo (Pescador 1/ Pesquisa de campo2013).

Considerações finais

O trabalho na pesca artesanal é realizado em regime de economia familiar, onde tanto o trabalho masculino quanto o feminino se destacam como fundamentais no modo de vida das populações locais (MOREIRA, 2009). Este envolve organização do tempo, dos instrumentos de trabalho, conhecimento dos ambientes e espécies pesqueiras, técnicas de captura e conservação.

O trabalho na pesca foi identificado pelos entrevistados como atividade desafiadora, uma lida difícil: “No meio de vida da pesca, agente encontra risco pra própria vida, no caso de

temporais, jacarés, um grande inimigo da gente, aqui nessa região do Macuricanã tem muito, e jacaré graúdo, de quatro, cinco metros” (Pescador 06, Pesquisa de campo/2013).

A atividade de pesca artesanal expõe os trabalhadores ao sol, à chuva, a acidentes com animais peçonhentos como cobras, jacarés, insetos venenosos – o que leva esses sujeitos a perceberem que o trabalho desgasta seus corpos, diminuindo o bem-estar. Assim, a prática pesqueira termina por contribuir para a desumanização dos pescadores” (SCHERER, 2013, p.10).

Referências

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. 2ª edição. São Paulo: Annablume; Brasília, CNPQ, 2011.

FURTADO, Lourdes. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

IBAMA. **Instrução Normativa nº 113 de 23 de agosto de 2006**. Dispõe sobre o Acordo de Pesca do Complexo Macuricanã. Parintins, setembro de 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130340>> Acesso em: 13/01/2014.

RUFFINO, Mauro Luis. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

SCHERER, Elenise Faria (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SDS, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação**. Manaus: SDS, 2006.

SOARES, Sara Moreira. **Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade Cristo Rei no careiro da várzea**. Manaus: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA-UFAM, 2012.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.